

DIÁLOGO DE SURDOS OU VOZ QUE CLAMA NO DESERTO? UM BREVE ENSAIO SOBRE O REVISIONISMO HISTORIOGRÁFICO NA MEDIEVÍSTICA BRASILEIRA DO SÉCULO XXI

Bruno Gonçalves Alvaro¹

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe

Resumo: Já há alguns anos é perceptível uma nova postura na medievística produzida no Brasil: os ditos clássicos, adormecidos pelas querelas de poder dentro dos Departamentos Universitários, ou mesmo nunca antes folheados, me parecem estar sendo ressuscitados ou pelo menos lidos com mais atenção. Tal caminho, evidentemente, é frutífero, contudo, nele jaz algo além do compromisso sério com a crítica historiográfica. Para nós, o ato de alguns jovens medievalistas atualmente retomarem alguns livros e teses se apropriando de suas ideias, as readaptando e revisando, nos permite, não sem certa ousadia, analisar nosso campo de atuação e as relações de poder nele imbricadas: dos convites específicos para publicações às críticas veladas ao pé do ouvido e, ainda, o quanto o termo “revisionismo” tem, infelizmente, se convertido nas conversas de corredor num novo rótulo depreciativo depositado como um jugo injusto nas costas de alguns poucos corajosos que teimam e não se abalar. Neste breve ensaio crítico, pretendemos demonstrar o quão atual é o que se tem tido por ultrapassado e o quanto ainda devemos àquilo que se teima jogar para o porão sempre que uma voz dissonante clama a sós no deserto acadêmico enquanto aqueles assentados nos tronos de marfim dialogam sem se ouvir, mas se unem para rotular os que se mantêm avessos aos modismos intelectuais.

Palavras-chave: Medievística – Ensaio Crítico – Século XXI

A MUTE DIALOGUE OR A SOUNDING VOICE IN THE DESERT? AN ESSAY ON
HISTORIOGRAPHICAL REVISIONISM IN BRAZILIAN MEDIEVAL STUDIES IN
THE 21ST CENTURY

Abstract: For a few years now a new posture in the medievalism produced in Brazil has been perceptible: the so-called classics, a state of dormancy because of the quarrels of power within the University Departments, or even never before handled, seem to be being resurrected or at least to be read with more attention. Such a course is evidently fruitful, although something beyond serious commitment to historiographical criticism lies in it. In our perspective, the fact that some young medievalists are resuming some

¹ Professor Adjunto III de História Medieval no Departamento de História e no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe (DHI/PROHIS-UFS). Pós-doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso (PPGHIS-UFMT). Líder do *Dominium*: Estudos sobre Sociedades Senhoriais (CNPq-UFS) e vice-líder do *Pontificalis*: Estudos sobre Poder e Sagrado (CNPq-UFMT). E-mail: brunoalvaro@ufs.br.

Dedico este ensaio ao amigo e professor Dr. Leandro Duarte Rust (UFMT), por dividir comigo as esperanças e os pessimismos desta finita jornada e, finalmente, aos meus orientandos, pois neles jaz minha esperança contra o pessimismo do fim.

books and theses, appropriating their ideas, re-adapting and revising them, allows us, not without some daring, to analyze our academic field and the relations of power imbricated therein and dedicate our attention to practices like these: the specific invitations for publications, the critics veiled by the ear, the perception about how much the term "revisionism" has unfortunately become the talk of a runner on a new derogatory label deposited as an unjust yoke on the backs of a few brave ones who stubborn and do not back down. In this brief critical essay, we intend to demonstrate how present is what has been considered overtaken and how much we still owe to what is thrown to the basement every time a dissonant voice cries out alone in the academic desert, while those sitting on the ivory thrones dialogue without being heard, but united themselves to label those who remain averse to intellectual fashions.

Keywords: Medievalism – Critical essay – 21st century

À que se destina este ensaio

Neste texto, a intervenção que propomos por meio da proteção libertadora que a palavra “ensaio” muitas vezes nos proporciona, longe de manifestar um descontentamento juvenil, algo que a idade muito em breve já não nos permitirá mais, tem por objetivo compartilhar com os leitores que, por ventura, tomem entre seus dedos estas poucas páginas, algumas impressões a respeito da importância que o revisionismo historiográfico deveria ter nas pesquisas defendidas no campo da História Medieval em nosso país e o quanto ele nos permite, também, analisar nossa área de atuação e as relações de poder nela imbricadas.

Na verdade, pretendemos, de maneira breve, expor aquilo que temos entendido como um problema relacionado a algo que poderíamos chamar de “tacanharia institucional”. Ora, apesar de já há alguns anos ser perceptível uma nova postura na medievalista brasileira, sendo os ditos clássicos, antes adormecidos pelas querelas de poder dentro dos Departamentos Universitários, ou mesmo nunca antes folheados, ressuscitados ou, pelo menos, lidos com mais atenção, o revisionismo tem sido, muitas vezes, mal manuseado e interpretado por alguns, e com isso deixa aflorar obstáculos bem mais graves do que a falsa ideia de “veja, inventamos a roda!”.

As veredas da revisão historiográfica evidentemente são frutíferas, mas consideramos que nessas trilhas escondem-se outros problemas sintomáticos a respeito das relações de poder nas instituições de pesquisa e ensino e que mascaram o compromisso sério com a crítica da História, objetivo principal, a nosso ver, de todo revisionismo. No geral, podemos ressaltar dois.

O primeiro deles diz respeito àquilo que bem denunciou Alain Guerreau em o *Feudalismo: um horizonte teórico*, de 1980: as relações personalistas e a reprodução acrítica de postulados historiográficos como se fossem novidades. Este último, apenas grave quando se trata de quem ignora a crítica ao estado da arte e não entende o recurso da ironia em mesas redondas de eventos acadêmicos quando se trata do clamor de retirar o pó dos clássicos adormecidos nas estantes.

O segundo, não isolado do primeiro, trata-se da dificuldade com que nossos pulmões iluministas respiram os ares ditos pós-modernos, especificamente, em nosso campo de estudo: a História Medieval (LIMA; RUST, 2008).

Para esboçar tal fragilidade epistemológica abordaremos de maneira rápida neste artigo, um caso específico de estudo: os debates sobre senhorio e feudalismo.

Enfim, neste ensaio crítico, pretendemos demonstrar o quão velho é o que se tem tido por novo e o quanto ainda devemos àquilo que se teima jogar para o porão sempre que uma voz dissonante clama a sós no deserto acadêmico enquanto aqueles assentados nos tronos de marfim dialogam sem se ouvir.

Qual a paisagem além do horizonte?

Compreendemos que três livros deveriam realmente ser (re)lidos com melhor atenção e menos preconceitos pelos já consagrados medievistas tupiniquins, e com certa urgência pelos aspirantes: o já citado Guerreau, de 1980, que além de uma série de propostas para a análise do feudalismo, denuncia o quanto falhamos no tal chamado “revisão historiográfico” e, finalmente, seu *L’Avenir d’un passé incertain*, de 2001, o qual utilizamos a edição espanhola de 2002 para este nosso ensaio. Este último livro – apesar de toda repercussão crítica a partir de um conhecido artigo de Carlos Astarita (2003-2004) – nos alerta sobre a tripla exigência que recai sobre todo intento de empreender uma história da medievística (que não deixa de ser um revisionismo). Para Guerreau é necessário:

- 1) hacer como si conociéramos sobradamente el tema de estudio (la civilización medieval) para valorar con este criterio la evolución de los conocimientos;
- 2) conocer suficientemente la historia de la sociedad europea posterior al siglo XVIII para poder percibir las relaciones entre las tensiones y evoluciones sociales y las posturas ideológicas;

- 3) disponer de nociones sobre el desarrollo del conjunto de las ciencias sociales desde el siglo XVIII para poder insertar con precisión la medievalística (GUERREAU, 2002, p. 9).

Não adentraremos, como o professor Astarita, numa análise profunda das doze teses apresentadas por Alain Guerreau ao término de seu livro, entretanto, é necessário chamar atenção para a importância dada por este medievalista francês à necessidade de nos debruçarmos nesses três itens que, assim como ele, defendemos serem fundamentais para não cairmos numa miopia conjuntural.

Antes que o grupo da fragmentação e especificidade se una para derrubar nosso posicionamento em sintonia com tal proposta guerreuniana, complementamos a citação em como defesa argumentativa:

El programa es irreal, y el dilema corneliano: o nos resignamos de entrada a descartar una parte de estas exigencias, y corremos el riesgo de ser arrastados por los remolinos asesinos de visiones erróneas y lagunas excesivas. (...): hay que lanzarse al agua (GUERREAU, 2002, p. 9).

Para nós, o revisionismo historiográfico deve ser encarado como um mergulho em águas profundas e como todo e qualquer tipo de empreitada como essa, há de se ter cuidado, seja com a própria profundidade e ausência de fôlego – não obstante, algo contornável por meio de um treinamento adequado dos pulmões – ou com os predadores escondidos pelo caminho, estes sim, o maior e real perigo à nossa espreita.

Don Quijote y sus molinos de viento: Senhorio e feudalismo em debate

Tomemos então como exemplo o debate a respeito do senhorio e do feudalismo e seu estado atual da arte revisionista e o quanto as relações de poder nas instituições acadêmicas travaram e travam o seu conhecimento. Todos nós sabemos que o debate é antigo e bem específico – porém, ainda não superado –, por isso mesmo tiraremos dele a fatia que nos cabe. Talvez, este um ponto de discordância entre Guerreau e nós, já que nos fixaremos na quimera sobre o dito feudalismo espanhol.

O estudo dos irmãos siameses senhorio e feudalismo para o caso hispânico é curioso e, por isso mesmo, frutífero e fundamental para que apliquemos a ideia guerreuniana da tripla exigência.

Por ocasião de nossa pesquisa doutoral, nos deparamos com um senhorio episcopal até então desconhecido, ao menos, pelos especialistas brasileiros: Sigüenza (ALVARO, 2013).

Localizado numa região fronteira e diretamente relacionado às querelas entre os reinos de Castela-Leão e Aragão, o senhorio episcopal seguntino, no decorrer dos séculos XII e XIII, exerceu uma significativa importância no jogo político e nas relações de negociação e interdependência entre senhores bispos e senhores laicos, dos quais, inevitavelmente, estamos inserindo também a monarquia aqui representada por Alfonso VI, Urraca I, Alfonso VII e Alfonso I, o batalhador, para ficarmos apenas no contexto do décimo segundo século.

A questão é que só a ponta de um iceberg se colocou à nossa frente e para entender melhor no que estávamos prestes a trabalhar – quanta inocência a nossa – decidimos, por conta própria, mergulhar nas profundas e congelantes águas historiográficas sobre o tema. Eis o primeiro choque que tivemos: ficamos diante de olhos que não veem e ouvidos que não ouvem. O debate estava fadado ao insucesso!

Nosso primeiro mergulho foi alarmante, nada era novo e mesmo o que se tinha por velho, na verdade, havia sido abafado nos porões da História. Debates, interessantíssimos entre Américo Castro e Claudio Sanchez Albornoz tornaram-se, no nosso país, arrogantemente, exemplos jogados como pó para debaixo do tapete. Aliás, na verdade, mal, nós medievistas brasileiros adentramos no conhecimento sobre este debate e já o classificávamos como defasado, quando tem sido nos últimos anos resgatado na própria Espanha, não para rediscutir o “ser espanhol”, mas, sim, para perceber o quanto o revisionismo historiográfico possibilita entendermos a construção dos discursos inseridos nas relações de poder nas quais o próprio revisionismo deságua em sua contemporaneidade. No mais, o resumo é simples, Sanchez Albornoz, vitorioso, ditou durante certo tempo com régua e compasso, as linhas a serem seguidas, restavam poucos pesquisadores em História Medieval no Brasil que conseguiam enxergar além disso ou da proposição de um de seus mais famosos discípulos: “*España no se feudalizó políticamente*” (GARCÍA DE VALDEAVELLANO, 1981, p. 67).

Antes que esse conhecido caso não se torne pedra de tropeço para que percamos nosso caminho e enfade a leitura, é necessário afirmar que mesmo o silêncio e o resgate do estudo sobre o feudalismo na Espanha, a partir de meados da década de 1970, não

devemos ignorar tal dado, estão inseridos em querelas institucionais muitas vezes ignoradas por nós brasileiros, não todos, saibamos, porém a maioria. Pensar, por exemplo, na contribuição do materialismo histórico, para alguns, é como banho em gato e o preconceito jaz embutido no atraso e no gesto torpe de ignorar que o dito “marxismo” quando se trata de feudalismo já foi muito além do modo de produção!

De todo modo, quando o pesquisador se confronta com todo um *corpus* historiográfico ibérico vindo desde o século XVIII, no qual, por exemplo, Sigüenza se inseria como bastião de feudalização por um lado e não feudalização por outro, resta apenas aos mais corajosos – ou loucos – buscar entender as motivações dos autores, todos eles adeptos, pasmem, do amedrontador conceito de *Reconquista*, primo-irmão dos debates sobre feudalismo ibérico (espanhol) (GARCÍA FITZ, 2010).

Tal empreitada foi relativamente simples, se inscrevia no que muito bem explicaram García de Valdeavellano (1981), Valdeón Baroque (1999) e tantos outros. Daí fomos um pouco mais longe: em Herculano (1786), Muñoz y Romero (1858), Francisco de Cardeñas (1873-1875). Não nos satisfizemos. É sempre necessário ir um pouco mais a fundo, no XVII e nos deparamos, por exemplo, com Diego Sánchez Portocarrero (1646) e Gil González Dávila (1645-1650), neles estavam diversas respostas até então cristalizadas na História, como, por exemplo, sobre a reconquista de Sigüenza pelas mãos do bispo Bernardo de Agen.

Entretanto, nos chocamos com outra dificuldade já posta aqui: o uso do termo “reconquista”, outro enunciado que nos parece ter estancado nas areias do tempo em nosso país e extremamente manuseado como *sensu comum*, mesmo quando trabalhos como os de Martín Federico Ríos Saloma (2011), Francisco García Fitz (2010), entre outros, vem demonstrando a operacionalidade do termo ou mesmo realizando uma substancial revisão crítica para a História (RÍOS SALOMA, 2013).

Em resumo, no ofício do historiador, a revisão não deve jamais funcionar como mera erudição ou *modus operandi* para primeiros capítulos de dissertações e teses. Não identificamos muito sentido em gastar tinta e papel inventariando títulos e nomes se o objetivo não se constrói no fim de algo e este algo, ao menos consideramos, deve dizer respeito direto a perceber como o documento manuseado como fonte de estudo para analisar determinado tipo de tema, se insere juntamente a este mesmo tema numa gama de relações de poder no passado e no presente no qual, politicamente, o pesquisador está

inserido através da historiografia.² Um ato “político”, infelizmente, muitas vezes voltado ao ego mais do que à vontade de se superar e contribuir cientificamente com o que se está estudando.

Tal tipo de atitude nefasta é que leva os críticos de orelha de livro a entoarem o cântico uníssono que tem transformado o trabalho revisionista no novo postulado depreciativo dos espaços universitários. Diríamos até que, ao lado da escolha pela abordagem “marxista”, ser hoje chamado de “revisionista” soa nos diálogos escondidos como uma afronta. Afinal, quantas vezes não é perceptível risos jocosos ou mesmo atitudes antiacadêmicas contra colegas publicamente adeptos ao Materialismo Histórico Dialético de Marx?

Expomos mais um exemplo curioso sobre as relações de poder inseridas no revisionismo historiográfico.

Não utilizar numa pesquisa cujo objetivo é estudar relações de interdependência e negociações, especificamente na *Hispania*, o termo feudalismo e extirpá-lo substituindo-o por senhorio, mas identificando e manejando este último como parte integrante e, certamente, até mais importante que o feudo e as relações de vassalagem em todo um processo de dominação – como bem demonstrou Robert Fossier (apud BASCHET, 2006) –, nada mais é do que um desnecessário *mutatis mutandis*. Ou os pesquisadores de História Medieval brasileiros se posicionam de uma vez demonstrando sua opção pelo conceito de *sociedade feudal* para a Península Ibérica ou, enfim, adotam de vez o *senhorio* como um conceito a ser aprofundado e sinônimo das amplas relações de dominação inseridas nas *sociedades senhoriais*, estas que vão muito além das relações feudo-vassálicas e do maldito “medievo”.

O feudalismo e o senhorio como postulados de estudos separados na historiografia espanhola não são cavalos de batalha recentes. Ao contrário, já se encontram no campo há muito tempo, como podemos observar através de um trecho de um artigo do historiador Carlos Estepa Díez:

Un análisis amplio sobre las relaciones feudovasalláticas y su terminología forzosamente nos llevará más allá de la nobleza. Naturalmente, puede afirmarse que las instituciones feudovasalláticas se refieren básicamente a ésta. Pero también se ha de poner de relieve que los feudos, en definitiva, son concedidos porque comportan unas

² Ironicamente, postura mais pós-moderna do que essa: ainda não vimos.

rentas satisfechas por los campesinos. Si un señorío es un feudo, ello no deja de ser una cuestión técnica; lo sea o no lo importante es que hay un dominio sobre hombres y tierras. Para el estudio de una sociedad, ¿no es esto último lo más importante?

Sin duda una versión restringida o técnica del feudalismo y de las relaciones feudales es legítima en cuanto que sirve para analizar parte de la realidad histórica, si bien pienso que el estudio de las instituciones feudovasalláticas también puede y debe integrarse en una versión más amplia del feudalismo. Por otro lado, desde las perspectivas restringidas se ha hablado de abuso de lenguaje. Ciertamente, los términos *feodality*, *feudalism* fueron inventados en los siglos XVII y XVIII. Eso no quiere decir que se inventen las realidades históricas a las que se quería aludir mediante estos conceptos. ¿O es que no debemos dar crédito y, por tanto, rechazar de plano, el pensamiento de los ilustrados como si éstos no hubieran sido conscientes de que en la sociedad en la que vivían había al menos restos de un sistema político y social que dificultaba el progreso? En mi opinión la formulación de estos conceptos en la Edad Moderna, lejos de ser un obstáculo para el conocimiento de las sociedades medievales, puede calificarse como una de las primeras aproximaciones teóricas al análisis de las realidades históricas pasadas, y por ende justificar una versión amplia del feudalismo (ESTEPA DÍEZ, 2010, p. 80 e 81).

Não é coincidência que Estepa Díez parta do campo do materialismo histórico, porém, longe de propor uma reformulação metodológica, ele tem defendido ferramentas conceituais para entender a formação e o desenvolvimento do feudalismo em Castela e Leão (COELHO, 2006). O centro de suas análises se situa no poder dos senhores e na dependência camponesa e, para seu estudo, este medievista espanhol tem indicado a utilização de novas categorias de análise: *propiedad dominical*, *dominio señorial* y *señorío jurisdiccional* (ÁLVAREZ, 2010).

O que nos chama atenção, não sem certa ironia, é esta postura de uma análise mais ampla do feudalismo na Hispânia partir dos tão mal falados e “atrasados” marxistas! Que não nos interpretem mal as leitoras e leitores, mas um dos atuais potes de ouro no fim do arco-íris tem sido, ao menos nas teses defendidas sobre o assunto no Brasil, encontrar uma definição satisfatória para senhorio. Ora numa esquizofrênica separação do fenômeno do feudalismo, ora como sinônimo a ele. Porém, de maneira mascarada, defende-se que ele é muitas coisas: tipo de poder, território, pressuposto para fronteiras, direito adquirido por doação ou força, etc. Vários medievalistas, pós-modernos ou não, como gatos entretidos com um novelo, vão e vem e não o determinam (BARTHÉLEMY, 2002). Eis uma provocação instigante para pulmões iluministas,

como os nossos, em tempos ditos pós-modernos: Não seria a hora de pensar nas relações em que o senhorio se concretiza no passado e no presente muito mais do que defini-lo de forma abstrata, tendendo quase ao desespero de considerá-lo – por que não? – como uma “categoria vazia e transbordante, porém útil para a análise”?³

Consideramos que os nossos desconfortos estão postos de forma clara até aqui: não há nada de novo.

Porém, não está aí o problema mais profundo. Ele reside quando olhamos para o que julgamos ser velho e ultrapassado e ignoramos os porquês políticos-institucionais que o fizeram assim e, o pior, o mantêm assim.

“Eu estou remando rio acima por prazer”

Deste modo, nos ateremos agora na parte, talvez, mais delicada e que nos encaminha para o término de nosso ensaio: os chamados personalismos.

A escolha pelo estudo de um tema já cristalizado como lugar comum na História Medieval, seja no Brasil ou no Turcomenistão, perpassará, sem dúvidas, por desassossegos, combates e debates e, em alguns casos, a compra pública da incompreensão por parte do sonolento desinteresse dos possíveis interlocutores ou, nas palavras do finado Valdeón Baruque (1999), “uma guerra de surdos”.

Sendo assim, o terceiro livro que consideramos ser de indispensável (re)leitura é o estudo de Antoine Prost sobre o contexto do ofício de historiador na França do século XX, publicado em 1996, cuja edição em português, por nós utilizada, data de 2008.

Não menos polêmico que os supracitados trabalhos de Alain Guerreau e tão operacional ao Brasil quanto estes, suas doze lições sobre a História (da e na França) tocam num ponto fundamental e que tem sido cada dia mais, com raríssimas exceções, abafado pelo que chamei de “tacanharia institucional”: a crítica e o debate.

O primeiro item (crítica), acreditamos ter demonstrado sua importância, principalmente, quando da onda revisionista que temos surfado nos últimos anos, para bem ou para mal. O segundo (o debate), insere-se em espaços como os eventos acadêmico-científicos. E como afirma Prost:

³ Aqui fazemos uma breve referência ao famoso postulado utilizado pelos historiadores de Gênero adeptos à linha teórica de Joan Scott que afirma em dado momento que: “man and woman are at once empty and overflowing categories”. (SCOTT, 1999, p. 49).

Entre as diferentes estratégias de poder desenvolvidas sob a aparência do progresso da ciência, uma arbitragem científica reconhecida seria, apesar de tudo, útil: ora, isso é raro. As defesas de tese e os colóquios – que deveriam constituir os momentos apropriados do confronto científico – são também, para não dizer, em primeiro lugar, manifestações de sociabilidade em que a convivência prevalece em relação ao rigor e à busca da verdade. As defesas de tese tendem a tornar-se simples celebração dos méritos do candidato; assim, a formulação de uma crítica – por maior força de razão, justificada – aparece, às vezes, como descabida. Para se desenrolar com harmonia, o rito de passagem a que são convidados os amigos, relações e familiares do impetrante exige padrinhos, de preferência, prestigiosos e, antes de mais nada, benevolentes. Se essa deriva continuar, os membros dos júris que identificarem erros em uma tese – sempre possíveis, a exemplo do que ocorre em qualquer livro de história – serão julgados tão mal-educados quanto um convidado ao fazer a observação de que o assado está queimado (PROST, 2008, p. 49).

Que nos acalmemos, é evidente que é sempre bom estarmos entre amigos e socializar com os mais próximos nos eventos. E quanto às defesas, elas não deixam de ser um momento especial para orientados e orientadores. Contudo, também percebemos com maus olhos o arrefecimento do debate.

Duas questões-dúvidas nos saltam diante da supracitada constatação: e quando os convites para bancas e congressos deixam de surgir, não por nossa ineficiência profissional, mas por não estarmos diante da mesma praia que o *establishment* em vigor? Ou seria ineficiência profissional sinônimo de não pertencimento ao *establishment*?

Infelizmente, não! O processo de marginalização dá-se do mesmo modo, e com as mesmas ferramentas que a teoria X ou Y de explicação para um tema D ou E se concretizaram e se concretizam configurando, na pior das hipóteses, o *establishment*.

Logo, só podemos concluir que o dito *persona non grata*, muitas vezes não é necessariamente aquele que confunde História Medieval com eurocentrismo num congresso; Idade Média com Idade das Trevas num colóquio ou desconhece um debate historiográfico específico no qual uma de suas hipóteses está fundamentada. Mas, acaba sendo aquele que alertou uma metafórica mente confusa sobre o equívoco destes detalhes.

(In)Conclusões: Diálogo de surdos ou voz que clama no deserto?

Reafirmamos que este ensaio não trata de entoar uma cantiga de roda derrotista ou de desesperança sobre nossa área. Mas, sim, de cultivar a vontade de resistir e de fazer de espaços de trocas, como revistas, eventos acadêmicos, bancas de defesas, etc., verdadeiros âmbitos para debate.

A medievística no Brasil é uma realidade que pouco a pouco vai se desvencilhando das profundas raízes de leituras de orelhas de livros e notas de rodapé que ilustram uma falsa erudição e caminha para um sério revisionismo do nosso próprio campo que não será concluído e nem deve ser, é claro. Esbarramos-nos no receio, evidente. Contudo, deixamos de engatinhar já um bom tempo, atrasados, mas deixamos. Mesmo que ser revisionista em História Medieval no Brasil transforme-se em um *topoi* de Cervantes nos fazendo lutar contra moinhos de vento.

Nas palavras de Carlos Astarita,

(...) la originalidad no se busca, se la encuentra. No es la premisa sino el resultado de la investigación. (...) Un comentario adicional nos recuerda que el análisis historiográfico no se nutre sólo de circunstancias generales sino de trayectorias individuales (ASTARITA, 2003-2004, p. 207).

Finalmente, reafirmamos que estamos diante de uma conjuntura que vem se modificando gradativamente no nosso país no que diz respeito aos estudos medievais e cada vez mais testemunhamos jovens historiadores combativos social e politicamente, entendendo que a História vai além de arremedos e modismos. Basta verificar as publicações de teses e coletâneas historiográficas de 2011 até este ano – para ficarmos na década atual – e perceber que o futuro bate à nossa porta. Só nos falta, enfim, lembrar que os surdos também conversam através de sua língua de sinais, cabe a nós somente a vontade de aprendê-la. E não nos esquecermos jamais que toda voz solitária no deserto prepara o caminho para alguém, tanto quanto clama por ser ouvida.

Referências:

ALMEIDA, Néri de Barros; NEMI, Ana; PINHEIRO, Rossana. **A construção da narrativa histórica (Séculos XIX e XX)**. Campinas/ São Paulo: Ed. Unicamp/ Ed. Fap-Unifesp, 2014

ÁLVAREZ, Ignacio. Señorío y feudalismo en Castilla. Una revisión de la historiografía entre los años 1989-2004. In: SARASA SÁNCHEZ, Esteban; SERRANO MARTÍN,

Eliseo. (Eds.). **Estudios sobre señorío y feudalismo (Homenaje a Julio Valdeón)**. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 2010. p. 107-196.

ALVARO, Bruno Gonçalves. **As Veredas da Negociação: Uma Análise Comparativa das Relações entre os Senhorios Episcopais de Santiago de Compostela e de Sigüenza com a Monarquia Castelhana-Leonesa na Primeira Metade do Século XII**. Rio de Janeiro, 2013. 297 p. Tese (Doutorado em História Comparada) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

ASTARITA, Carlos. Las tesis de Alain Guerreau. **Edad Media: Revista de Historia**, n. 6, p. 183-207, 2003-2004.

BARTHÉLEMY, Dominique. Senhorio. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. (Coord.). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Bauru, SP; São Paulo, SP: EDUSC; Imprensa Oficial do Estado, 2002. 2v. V. 2, p. 465-476.

BLOCH, Marc. **A Sociedade Feudal**. Lisboa: Edições 70, 1982.

_____. La genèse de la seigneurie: Idée d'une recherche comparée. **Annales d'histoire économique et sociale**, Paris, t. 9, n. 45, p. 225-227, May, 1937.

BOUTRUCHE, Robert. **Seigneurie et Féodalité. I: le premier âge des liens d'homme à homme**. Paris: Aubier, 1959.

BROWN, Elizabeth A. R. The Tyranny of a Construct: Feudalism and Historians of Medieval Europe. **The American Historical Review**, Oxford, v. 79, n. 4, p. 1063-1088, oct., 1974.

CÁRDENAS, Francisco de. **Ensayo sobre la historia de la propiedad territorial en España**. Madrid: Imprenta de J. Nogueira, 1873-1875. 2 tomos.

CASTRO, Américo. **Espanha en su historia. Cristianos, moros y judíos**. Barcelona: Crítica, 1984.

COELHO, María Filomena. **Expresiones del poder feudal: El Císter femenino en León (siglos XII y XIII)**. León: Universidad de León/ Secretariado de Publicaciones, 2006.

ESTEPA DÍEZ, Carlos. Notas sobre el feudalismo castellano en el marco historiográfico. In: SARASA SÁNCHEZ, Esteban; SERRANO MARTÍN, Eliseo. (Eds.). **Estudios sobre señorío y feudalismo (Homenaje a Julio Valdeón)**. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 2010. p. 77-105.

GARCÍA DE VALDEAVELLANO, Luis. **El feudalismo hispánico y otros estudios de historia medieval**. Barcelona: Ariel, 1981.

GARCÍA FITZ, Francisco. **La Reconquista**. Granada: Editorial Universidad de Granada, 2010.

GONZÁLEZ DÁVILA, Gil. **Teatro de las Iglesias Metropolitanas y Catedrales de las dos Castillas. Vidas de sus Arzobispos y Obispos, y cosas memorables de sus sedes**. Madrid: Imp. de Francisco Martínez, 1645-1650. III Tomos.

GUERREAU, Alain. **El futuro de un pasado – La Edad Media en el siglo XXI**. Barcelona: Editorial Crítica, 2002.

_____. Feudalismo. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. (Coord.) **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Bauru: Edusc; São Paulo: Imprensa Oficial do estado, 2002. 2v. V.1, p. 437-455

_____. Fief, féodalité, féodalisme. Enjeux sociaux et réflexion historique. **Annales. Économies, Sociétés, Civilisations**, Paris, 45e année, n. 1, p. 137-166, 1990.

_____. **O Feudalismo: Um horizonte teórico**. Lisboa: Edições 70, 1982.

HERCULANO, Alexantre. Da existencia ou não-existencia do feudalismo nos Reinos de Leão, Castella e Portugal. In: _____. **Opúsculos**. Lisboa: Viúva Bertrand, 1786. 10v. V. 5. p. 191-315. Disponível em: http://purl.pt/718/1/p-5641-p/p-5641-p_item1/index.html. Último acesso: 10 de janeiro de 2013.

LIMA, Marcelo Pereira; RUST, Leandro Duarte. Ares pós-modernos, pulmões iluministas: Para uma epistemologia da História Comparada. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, junho de 2008. Disponível em: http://www.hcomparada.ifcs.ufrj.br/revistahc/artigos/volume002_Num001_artigo002.pdf. Último acesso: 3 de fevereiro de 2012.

LINEHAN, Peter. **Historia e historiadores de la España medieval**. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2001.

MOTA, Mario Jorge da. **Assim na terra como no céu: Paganismo, cristianismo, senhores e camponeses na Alta Idade Média Ibérica (Séculos IV-VIII)**. São Paulo: Edusp, 2013.

MUÑOZ Y ROMERO, Tomaz. **Diccionario bibliográfico-histórico de los antiguos reinos, provincias, ciudades, villas, iglesias y santuarios de España**. Madrid: Imprenta y Esteriotipa de M. Rivadeneyra, 1858.

NASCIMENTO, Renata de Sousa; NETO, Dirceu Marchini. (Orgs.). **A Idade Média: Entre a História e a Historiografia**. Goiânia: Ed. PUC-Goiás, 2012.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

RÍOS SALOMA, Martín Federico. **La Reconquista en la historiografía española contemporánea**. Madrid: Silex ediciones, 2013.

_____. **La Reconquista: Una construcción historiográfica (siglos XVI-XIX)**. México; Madrid: Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Históricas; Marcial Pons História, 2011.

RUST, Leandro Duarte. **Colunas de São Pedro: A política papal na Idade Média Central**. São Paulo: Annablume, 2011.

SANCHEZ ALBORNOZ, Claudio. **España. Un enigma histórico**. Barcelona: Edhasa, 2001. 2v.

_____. **En torno a los orígenes del feudalismo**. Buenos Aires: Eudesa, 1979. 3v.

SÁNCHEZ PORTOCARRERO, Diego. **Nuevo Catálogo de los Obispos de la Santa Madre Iglesia de Sigüenza. Epílogo de sus más memorables acciones y de los sucesos seculares más señalados en el Obispado, colegido de graves autores y de instrumentos auténticos**. Madrid: Imp. de Diego Díaz de la Carrera, 1646. (Faccímil)

_____. **Antigüedad del Muy Noble y Leal Señorío de Molina. Historia y lista real de sus señores, príncipes y reyes**. Madrid: Imprenta de Diego Díaz de la Carrera, 1641. (Faccímil)

SCOTT, Joan Wallach. **Gender and Politics of History**. New York: Columbia University Press, 1999.

VALDEÓN BARUQUE, Julio. **El feudalismo**. Madrid: Alba, 1999.

_____. El feudalismo hispánico en la historiografía reciente. **Historia, instituciones, documentos**, Sevilla, n. 25, p. 677-684, 1998.

Citação do verso “*Eu estou remando rio acima por prazer*” retirada de: BLANC, Aldir; BOSCO, João. Nada a desculpar. In: VIANNA, Luiz Fernando. **Aldir Blanc: Resposta ao tempo (Vida e Letras)**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013. p. 217-218.

Recebido em: 31/11/2016
Aprovado em: 20/12/2016